



LÚCIO CAPELLETO ASSUME A PREVIC E RECEBE MENSAGEM DE ENCORAJAMENTO DA ANCEP

20/08/19



Lúcio Capelletto (foto, à esquerda, tendo ao seu lado o Presidente Roque Muniz), contabilista de formação e até ontem coordenador-geral de inteligência e gestão de riscos da Previc, está assumindo hoje o comando da autarquia, uma vez que teve a sua indicação para o cargo publicada no Diário Oficial da União.

Já nas primeiras horas da manhã desta terça-feira Capelletto recebeu mensagem do Presidente Roque Muniz o parabenizando por sua nomeação e manifestando a mais plena convicção de que ele exercerá as novas funções com a mesma competência, dedicação e grau de sucesso obtido nas missões anteriormente recebidas.

Capelletto respondeu que conta com a ANCEP e seu presidente para o êxito da jornada que inicia hoje.

Por outro lado, após quase 30 meses como interino no cargo de superintendente, Fábio Coelho deixou à seu pedido o comando da Previc. A Portaria com o afastamento foi publicada na última sexta-feira (16) no DOU e a notícia saiu ontem (19) no site da revista INVESTIDOR INSTITUCIONAL e hoje no jornal VALOR ECONÔMICO.

A mudança ocorre em meio a tratativas para uma fusão entre a Previc e a Susep. O objetivo é criar de uma autarquia que deve supervisionar um mercado avaliado em R\$ 1,9 trilhão. Coelho já havia se manifestado publicamente a favor da união das duas. Em carta a servidores da superintendência voltou a apoiar a união dos órgãos. "Vejo que a união com o supervisor de seguros pode trazer muitos benefícios para os dois setores e tenho grande confiança nos gestores à frente das duas casas".

Em sua gestão, Coelho implementou mudanças como a supervisão baseada em risco e a aplicação de regras mais rigorosas para fundações de maior porte, as entidades sistematicamente importantes (ESI). "Atuamos em um setor com questões históricas de falta de melhores práticas em governança. Esses gaps vêm sendo fechados fortemente nos últimos anos e hoje temos um setor com regras absolutamente modernas", disse Coelho, na carta. Ele citou mudanças como habilitação de gestores, regulação de investimentos e mecanismos prudenciais. Apontou ainda que novas instâncias de fiscalização foram criadas dentro e fora das entidades, como os comitês de auditoria e a atualização do papel das auditorias independentes.

Contabilistas ajudam cidadãos a acompanhar as contas públicas

Os contabilistas estão presentes em uma das principais iniciativas existentes no País em defesa da participação dos cidadãos no monitoramento das contas públicas, até mesmo em médios e mesmo pequenos municípios. E isso ficou mais uma vez claro nas comemorações, ontem, do "Dia do Voluntariado".

Mantido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) possui, entre os seus subprogramas, o Rede Nacional de Cidadania Fiscal – Observatórios Sociais (OSs) que, entre outras funções, promove a conscientização da sociedade para a cidadania fiscal, a fim de propor aos governos locais a adequada transparência na gestão.

O PVCC atua em todos os estados brasileiros e é coordenado por um profissional da contabilidade. “Por intermédio do PVCC, estamos presentes em mais de 80% dos observatórios sociais já existentes”, avisa o vice-presidente de Política Institucional do CFC, Joaquim Bezerra Alencar Filho. Ele explica, ainda, que desde 2008, o CFC incentiva os Conselhos Regionais de Contabilidade a participarem ativamente da construção e funcionamento dos Observatórios. “A nossa intenção é abraçar todas as iniciativas que contribuam para um futuro melhor”, reforça Joaquim. (CFC-ANCEP)

Alcolumbre defende a inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse nesta segunda-feira (19), após reunião com o governador do Acre, Gladson Cameli, na residência oficial do Senado, que tem conversado com prefeitos e governadores sobre a inclusão de estados e municípios na reforma da Previdência por meio de uma "PEC Paralela". Davi avalia que os senadores estariam comprometidos em estender as regras previstas na PEC 6/2019 para os servidores públicos de outros entes da federação, informa o PORTAL DO SENADO FEDERAL.

Sobre o mesmo assunto, em artigo no O ESTADO DE S. PAULO Ana Carla Abrão refere-se à divulgação, na semana passada, pelo Tesouro Nacional, do Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2019, fazendo a respeito o seguinte comentário: "Os números são de chorar e não deixam dúvidas quanto ao tamanho da crise que se abate sobre a grande maioria dos Estados".

O que se vê é uma crescente e acelerada deterioração das finanças estaduais, sendo que ela recomenda ao Congresso entender isso para decidir pela inclusão dos estados na reforma da Previdência. Juntos, os Estados apresentaram em 2018 um déficit orçamentário superior a R\$14 bilhões. À primeira vista, um número melhor do que os mais de R\$ 20 bilhões de 2017. Mas só até que se entende que outros R\$ 11,4 bilhões em despesas se perderam na contabilidade criativa (e criminosa) daqueles que preferiram, frente à ausência de recursos, salvar a própria pele a obedecer a lei e contabilizar a penúria financeira que caracterizam seus Estados.

Mas há recados importantes. O primeiro deles trata da Previdência dos Estados. Os números mostram que deixar os entes subnacionais fora da reforma significa condenar à bancarrota, de forma inexorável, 26 Estados e Distrito Federal. Aqueles que já estão em bancarrota, lá continuarão. Os que não estão, lá chegarão, uns mais rápido e outros mais devagar. Mas todos, invariavelmente, têm suas finanças comprometidas de forma estrutural por déficits previdenciários já contratados e que vêm se acelerando no tempo e, sem reforma, consumirão valores superiores aos R\$ 101 bilhões gastos em 2018.

Renda variável ajuda Fapes a chegar ao dobro da meta atuarial

A Fapes encerrou o primeiro semestre com rentabilidade de 10,2% em seu Plano Básico de Benefícios (PBB), índice que corresponde exatamente ao dobro da meta atuarial estabelecida para o período, noticiam os sites da FAPES e da revista INVESTIDOR INSTITUCIONAL.

Ajudou no resultado o fato de que quase 30% da carteira está alocada em ações, que garantiram retorno de 13,4% no período.